

Senado vota 110 matérias em apenas dois meses

Atividades em plenário permitem manter a agenda desobstruída. Já as Comissões Permanentes se esforçam para limpar a pauta, apreciando 196 matérias

Marina luta pela última reserva de mogno

Encontrar uma solução para que a última reserva de mogno do planeta não seja arrasada e impedir a atuação violenta dos exploradores de madeira da região amazônica foram os objetivos da reunião que lideranças políticas e religiosas mantiveram sexta-feira com o presidente Fernando Henrique Cardoso. A senadora Marina Silva (PT-AC) informou que o grupo defende a exploração racional das riquezas naturais.



Marina Silva

Integravam a comitiva os prefeitos de Rio Branco e de Sena Madureira, o bispo Moacir Grecci e os padres Heitor

Turrini e Paolino Baldassari. Eles denunciaram as constantes ameaças de morte que o padre Paolino vem sofrendo dos envolvidos na exploração irregular da madeira.

José Roberto Arruda (PSDB-DF), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Epitácio Cafeteira (PPR-MA) apoiaram Marina. O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a solução dos problemas do Acre. **Página 4**



José Roberto Arruda: contra o desperdício

Obra inacabada deve ter prioridade, diz Arruda

"A obra pública mais cara é a obra inacabada", afirmou na sexta-feira o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao defender a inclusão, no Orçamento Geral da União para 96, de empreendimentos cuja conclusão é considerada prioritária pelo relatório preliminar da Comissão de Obras Inacabadas do Senado, apresentado na última quarta-feira. O documento recomenda a destinação de R\$ 2 bilhões para a conclusão de obras prioritárias em 19 estados.

O montante representa apenas 23% do volume total de investimentos da União para 1996, ponderou Arruda, solicitando a alocação desses recursos. "O relatório da Comissão de Obras Inacabadas não

pode receber o rumo das gavetas, pois a conclusão dessas obras significa um grande passo, uma mudança cultural nos investimentos públicos".

Arruda pediu que os parlamentares reflitam sobre a conveniência de privilegiar as emendas coletivas ao Orçamento de 96, já que as individuais, na sua opinião, induzem à dispersão e eventualmente ao desperdício dos recursos públicos. "Seria um sinal de maturidade do Congresso Nacional", assinalou.

O 35º aniversário da cidade-satélite do Gama foi registrado por Arruda, que manifestou também seu apoio à Frente Parlamentar Metro-Ferrovária, instalada com o objetivo de defender projetos que priorizem as ferrovias.

A pauta esteve sempre desobstruída: o Senado Federal apreciou um total de 110 matérias nas 48 sessões realizadas em plenário nos meses de agosto e setembro. Entre as matérias, está a lei estabelecendo normas para as eleições do ano que vem. O Senado contribuiu com a inovação que reservou 20 por cento das vagas para candidatas mulheres. Nos primeiros dias de outubro, a Casa também efetuou deliberações importantes, como a aprovação do projeto sobre bens sensíveis.

Já as Comissões Permanentes apreciaram 196 matérias, prosseguindo no esforço para limpar a pauta.

Página 3

NESTA EDIÇÃO

O recorde que Ademir condena

Página 2

Alcântara: plano para o campo

Página 4

Josaphat: Harmonia dos Poderes ameaçada

Proposta de reforma administrativa viola Constituição, alerta senador. Página 4

Recorde em desigualdades preocupa Ademir

Dados do Banco Mundial assustam senador, que avisa: chegou o momento de o presidente da República começar a agir e a resolver os graves problemas que afetam o país



Ernandes Amorim

O anúncio feito pelo Banco Mundial de que o Brasil seria o recordista do planeta em desigualdade social foi comentado sexta-feira pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Para o senador, chegou o momento de o presidente da República começar a agir e a resolver os graves problemas que



Ademir Andrade

afetam o país.

O senador alertou também para as possíveis conseqüências da disputa de terras existentes entre índios do Xingu, no seu estado, e 3 mil trabalhadores rurais recentemente expulsos das áreas por eles cultivadas. Ademir teme a explosão de um conflito, com mortes.

Amorim tenta mudar o Regimento

Projeto de resolução que autoriza os membros da Comissão Diretora do Senado Federal a participarem de duas comissões permanentes, em uma como titular e em outra como suplente, foi apresentado pelo senador Ernandes Amorim (RO). O senador esclarece que a medida proposta visa a corrigir distorção do Regimento Interno da Casa.

Senado pode votar amanhã a emenda sobre petróleo

A proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo foi incluída na ordem do dia de amanhã, quando poderá ser votada em primeiro turno. Caso seja aprovada, ela deve ser votada em segundo turno nos primeiros dez dias de novembro, encerrando-se a análise das emendas apresentadas pelo governo à Ordem Econômica. A emenda do petróleo já esteve na ordem do dia do

plenário há um mês, mas voltou à Comissão de Justiça porque foram apresentadas três emendas, as quais foram rejeitadas.

O plenário também poderá votar na quarta-feira a proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE) que autoriza a criação de uma contribuição sobre movimentação financeira para custear a saúde pública.

Governadores debaterão o endividamento

Os governadores dos estados e do Distrito Federal participarão, amanhã (dia 17), às 10h, no plenário do Senado, de debate com vistas à solução do problema do endividamento das unidades da federação.

O debate é promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos, que já discutiu o assunto com os ministros da Fazenda e do Planejamento, Pedro Malan e José Serra, bem como com os secretários de Fazenda e Planejamento dos estados.

Na quarta-feira será a vez de os secretários de Fazenda debaterem a questão, abordando a dívida mobiliária, aquela garantida com títulos.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

Participa, em Bariloche, da reunião de Cúpula Ibero-Americana.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DAS ATIVIDADES PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (17.10.95)

15h30 - Votação em primeiro turno da *PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo.

Quarta-feira (18.10.95)

15h30 - Votação em primeiro turno da *PEC nº 40/95, que dispõe sobre a instituição da Contribuição Social para o financiamento das ações e serviços de saúde. (Tramitando em conjunto com a *PEC nº 37/95.)

COMISSÕES

Terça-feira (17.10.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Debate com a presença dos governadores dos estados e do Distrito Federal, sobre o endividamento das unidades da federação. Local: Plenário do Senado.

11h - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do ministro-chefe da Secretaria Especial de Política Regional, Cícero Lucena. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quarta-feira (18.10.95)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se as *Propostas de Emenda à Constituição nºs 12/95, que promove a desapropriação, por interesse social, de imóvel, para fins de urbanização, mediante prévia e justa indenização; 09/95 (tramita em conjunto com a PEC nº 14/95), que diz respeito aos limites de remuneração do servidor público; e 26/95, que prorroga a vigência da lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Exposição do diretor-executivo da TVE, Walter Avancini. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Projeto Calha Norte

Pauta: Depoimento do coordenador do Sivam/Sipam, major-brigadeiro-dor Marcos Antônio de Oliveira. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quinta-feira (19.10.95)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 47/95 (terminativo), que institui o prêmio Ulysses Guimarães do mérito democrático; *PLS nº 234/95 (terminativo), que autoriza o Poder Executivo a criar selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares; e *PLS nº 227/95 (terminativo), que inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no "Livro dos Heróis da Pátria". Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

Comissões trabalham para limpar pauta

Em apenas dois meses (agosto e setembro) do segundo semestre legislativo, as comissões permanentes do Senado apreciaram um total de 196 matérias, entre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei, projetos de resolução e emendas diversas, prosseguindo no esforço para limpar a pauta acumulada ao longo dos últimos anos.

O trabalho neste bimestre incluiu discussão e votação de propostas como a emenda que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo e a que cria uma contribuição financeira para as ações e serviços de saúde.

Do total de 29 proposições apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, que já contabiliza 180 projetos aprovados ao longo do ano, destacam-se a Lei de Patentes e mudanças no Código de Mineração.

As alterações no Código de Mineração também passaram pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao longo de agosto e setembro, período em que foram apreciados sete temas.

A Comissão de Educação analisou 27 projetos, inclusive a proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Já a Comissão de Assuntos Sociais registrou 13 propostas apreciadas no bimestre agosto/setembro.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por sua vez, apreciou 44 proposições, entre os quais projeto de lei complementar que estabeleceu regras para a "exportação de bens sensíveis".

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apreciaram um total de 72 matérias entre agosto e setembro, das quais muitas passaram, posteriormente, pelas demais comissões de mérito.

A revisão obrigatória da declaração de imposto de renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública foi uma das propostas aprovadas pela CCJ.



A agilidade do plenário na votação das matérias vem garantindo a pauta permanentemente desobstruída

Em apenas dois meses, Senado aprecia 110 matérias

Estão prontos para entrar na ordem do dia projetos que têm despertado grande interesse, como a Lei de Patentes

O Senado Federal apreciou um total de 110 matérias nas 48 sessões realizadas em plenário durante os dois primeiros meses do segundo semestre deste ano, mantendo sempre desobstruída a pauta de votações. De agosto a setembro, foram aprovados e enviados à sanção presidencial, ou à promulgação, 50 projetos destinados a se transformarem em novas normas jurídicas, além de outros 19 encaminhados à Câmara para revisão (veja quadro abaixo).

Nos primeiros dias de outubro, a Casa já efetuou deliberações importantes, como a aprovação do projeto que estabelece mecanismos de controle sobre a exportação de *bens sensíveis* - materiais químicos, biológicos e nucleares, de aplicação bélica.

Muitas das matérias aprovadas pelo Senado terão impacto positivo no dia-a-dia dos cidadãos brasileiros, como a alteração do Estatuto da Microempresa eliminando o tratamento diferenciado entre microempresas que realizam operações de importação de

produtos estrangeiros.

Das cinco propostas de emendas à Ordem Econômica da Constituição, quatro foram aprovadas em segundo turno logo nos primeiros dias de agosto: a que abre a concessão da distribuição de gás canalizado a empresas privadas; a que eliminou o conceito de empresa brasileira e abriu o subsolo à prospecção pelo capital privado; a que permitiu a navegação de cabotagem às empresas estrangeiras; e a que quebrou monopólio sobre as telecomunicações.

Quanto à emenda que flexi-

biliza o monopólio do petróleo, a previsão das lideranças é de que a votação em dois turnos seja encerrada pelo plenário até 8 de novembro.

Também estão prontas para entrar na Ordem do Dia outras matérias que têm provocado grande interesse: a lei de patentes, modificada por duas vezes nas comissões; a autorização para o Executivo criar uma contribuição provisória sobre movimentação financeira, destinada a financiar o serviço de saúde pública; e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

MATÉRIAS APRECIADAS EM AGOSTO E SETEMBRO

Projetos aprovados e enviados à sanção	14
Projetos aprovados e enviados à promulgação	36
Projetos aprovados e enviados à Câmara	19
Mensagens relativas a escolha de embaixadores	8
Total de matérias aprovadas	77
Matérias enviadas ao arquivo	33
Total de matérias apreciadas	110



Odacir Soares

Reforma viola independência de poderes, adverte Josaphat

Senador condena a proposta de estabelecer os aumentos salariais do Judiciário e do Legislativo através de projeto de lei

A proposta do governo de estabelecer os aumentos de salários do Judiciário e do Legislativo em projetos de lei, prevista na reforma administrativa, "é uma interferência indevida do Executivo, que viola o princípio da independência e harmonia dos poderes", advertiu o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Para ele, o governo parece se esquecer de que a Constituição determina a concessão de aumentos salariais na Justiça e no Congresso através de instrumentos normativos próprios.

Ao analisar a reforma administrativa enviada pelo Executi-



Josaphat Marinho

vo ao Congresso, Josaphat Marinho apoiou em parte o relatório do deputado Prisco Viana na Câmara. Para ele, o deputado está correto ao não concordar com o

fim da estabilidade de emprego para funcionários públicos contratados há mais de dois anos.

"Quando a Constituição assegura a estabilidade ao funcionário nomeado mediante concurso, gera-se uma situação definitiva, que se incorpora ao direito do servidor", assegurou.

Josaphat considera um contrassenso a proposta de alguns parlamentares de se aprovar a emenda constitucional com o fim da estabilidade e deixar que a Justiça resolva mais tarde o assunto. "Nesse caso, o poder Legislativo abdicaria da sua tarefa de legislar corretamente", assinalou.

Odacir alerta para risco de decepção

O senador Odacir Soares (PFL-RO) alertou os homens do governo responsáveis pela proposta de reforma administrativa para que não alimentem uma expectativa muito grande de modernização e revitalização do país a partir de mais uma reforma do aparelho do Estado, "sob pena de se decepcionarem".

Odacir lembrou que, nas últimas décadas, não houve governo que não fizesse as suas reformas e, mesmo assim, o país continuou "imaturado, instável, inculco, doentio, desigual, ineficiente, às voltas com sérias crises".

Lobão: eleições transparentes

Graças à legislação que obriga os candidatos a prestarem contas à Justiça Eleitoral sobre as doações recebidas nas campanhas eleitorais, a imprensa pôde revelar a transparência com que se processaram as eleições de 94. A afirmação foi feita sexta-feira pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ao defender projeto de lei que apresentou, em conjunto com o senador Pedro Simon (PMDB-RS), sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio de campanhas eleitorais.

Campo pode gerar dinheiro para assentar sem-terra, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sustentou sexta-feira que se o Brasil atacasse o problema rural em todos os seus aspectos produziria dinheiro suficiente para empregar de forma decente muitos trabalhadores sem-terra. Ele mencionou a necessidade de se solucionarem questões como transporte agrícola, crédito rural, armazenagem, preços mínimos, tributos, criação de agrovilas e de agroindústrias, a seu ver pontos fundamentais numa política de reforma agrária.

Para o senador, só a taxaação indireta pode chegar a mais de

20% do valor bruto da produção agrícola brasileira, sem contar o que já vem embutido nos insumos, mais o Imposto Territorial Rural, questões que, na sua avaliação, só podem ser solucionadas com uma reforma tributária.

Outro exemplo de impasse para o setor rural, segundo o senador, é a questão dos transportes. Ele disse que, enquanto nos Estados Unidos e na Argentina gastam-se entre 14 e 15 dólares para transportar uma tonelada de soja ou farelo até o porto, no Brasil chega-se a gastar 28 dólares.



Lúcio Alcântara

Sarney apóia defesa do Acre

Os instrumentos legais para coibir a exploração irregular da madeira no Acre existem e a solução desse problema depende apenas de vontade política do governo, segundo afirmou sexta-feira o presidente do Senado, José Sarney.

Em audiência que concedeu a um grupo de representantes do Acre, acompanhado dos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Marina Silva (PT-AC), ele disse que o Congresso pode transformar-se em uma caixa de ressonância para os problemas vividos pelos acreanos.

O grupo levou a Sarney um documento que denuncia o modo "irracional e predatório" como vem sendo praticado o extrativismo na região amazônica.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos

Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do

Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo

e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.